



Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL MILITAR E 1ª AUDITORIA

Relatório Anual 2023



Resultado obtidos em 2023
referente ao planejamento
Estratégico 2021-2026



NGE

Núcleo de Gestão
Estratégica

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência, em cumprimento ao que dispõe o inciso XXXI do artigo 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar, na oportunidade em que encaminhamos o relatório das atividades do Núcleo de Gestão Estratégica, no período de janeiro a dezembro de 2023, a fim de ser apreciado e avaliado.

Art. 9º – Ao Presidente do Tribunal compete:

[...] XXXI – apresentar ao Tribunal, anualmente, até o último dia do mês de fevereiro, relatório circunstanciado dos trabalhos deste e dos demais órgãos da Justiça Militar;



Núcleo de Gestão Estratégica

COMPOSIÇÃO

- **Rafael Monteiro Costa**

Coordenador do Núcleo de Gestão Estratégica.
Assessor Militar do TJMRS.

- **Tiago Lopes Schiffner**

Servidor, responsável pelo Escritório de Projetos do Núcleo de Gestão Estratégica.

- **César Rodrigues de Carvalho**

Servidor, auxiliar do Coordenador do Núcleo de Gestão Estratégica.

- **Alcione Rogerio de Freitas Haselein**

Servidor, auxiliar do Coordenador do Núcleo de Gestão Estratégica.

- **Felipe Petrulis**

Servidor, auxiliar do Coordenador do Núcleo de Gestão Estratégica.

SUMÁRIO

Gestão Estratégica

05

**Resultados do Planejamento
Estratégico 2021- 2026**

06

O Núcleo de Gestão Estratégica

11

Sistemas alimentados pelo NGE

12

Metas Nacionais 2023

13

Metas Específicas 2023

17

Logística Sustentável

18

Estatística e Painéis CNJ

19

Prêmio Qualidade 2023

20

Apropriando-se da definição da Ciência da Administração de que, gerir é planejar, organizar, dirigir e controlar; considerando-se estratégia como a aplicação do conjunto de recursos necessários para que uma organização alcance seus objetivos - pode-se afirmar que, por meio de uma gestão estratégica, é possível planejar o estado futuro almejado, estabelecer e monitorar as ações necessárias, permitindo conhecer e acompanhar o desempenho da organização.

A gestão estratégica corresponde a um modelo de gestão organizacional com foco em ações planejadas.

Para tanto, utiliza-se de métodos, técnicas e ferramentas de gestão e de avaliação de desempenho a fim de operacionalizar a estratégia organizacional, ao mesmo tempo em que, por meio do acompanhamento das atividades da Organização, fornece informações para a tomada de decisões.

Desta forma promove a melhoria do desempenho organizacional, a qual objetiva o atendimento das expectativas e necessidades de seus clientes, externos e internos.

O Conselho Nacional de Justiça, como órgão competente para coordenar o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário, e com a finalidade de revisar o plano estratégico estabelecido pela Resolução CNJ nº 70/2009, publicou no ano de 2014 a Resolução nº 198, de 01/07/2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

A referida resolução institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário aos tribunais indicados nos incisos II a VII do Art. 92, da Constituição Federal e aos conselhos de justiça, sintetizada na missão, visão, valores e Macro desafios do Poder Judiciário.

Art. 92. *São órgãos do Poder Judiciário: I - o Supremo Tribunal Federal; I-A - o Conselho Nacional de Justiça; II - o Superior Tribunal de Justiça; II-A - o Tribunal Superior do Trabalho; III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho; V - os Tribunais e Juízes Eleitorais; VI - os Tribunais e Juízes Militares; VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.*

Dispõe ainda que os órgãos do judiciário devem alinhar seus respectivos planejamentos estratégicos à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, com a possibilidade de revisões periódicas.

A referida Resolução estabelece, entre outras regras, que os planos estratégicos dos órgãos devem, com uma abrangência mínima de 6 meses, observar o conteúdo temático dos Macro desafios do Poder Judiciário, contemplar as Metas Nacionais e Iniciativas Estratégicas Nacionais.

Hoje, a nossa maior estratégia é a manutenção do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, atuando como justiça especializada no controle social da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul. Medida necessária, tendo em vista que a **permanência das Justiças Militares, Federal e Estadual, como ramos especializados do Poder Judiciário**, de tempos em tempos, é questionada e colocada em dúvida a necessidade da sua permanência.

As razões podem ser sinteticamente resumidas em três grandes argumentos: **estatísticas processuais reduzidas, comparativamente aos demais tribunais; custos elevados; e incompatibilidade da permanência do foro militar em um Estado Democrático de Direito.**

Imprescindível atentar-se a questão de que, em regimes políticos estáveis, os crimes militares tendem a serem, obrigatoriamente, inferiores aos da justiça ordinária, bem como que o policial militar é um indivíduo armado que fica muitas vezes em lugares ermos, sozinho, representando um Estado de Direito, devendo agir como conciliador, e tomar decisões com presteza, associadas a consequências imensuráveis.

Faz-se necessário então um controle social eficaz, papel este que é irrefutavelmente desempenhado pelas Justiças Militares Estaduais, pois esse indivíduo representa o Estado, o que demanda uma avaliação mais criteriosa e detalhada de suas ações.

A celeridade é fator primordial nos julgamentos castrenses, em respeito ao réu que tem sua carreira suspensa enquanto estiver sub judice, à hierarquia e disciplina, imprescindíveis para o controle de cidadãos armados e, evidentemente à sociedade, para a qual o estado carece de um retorno pelos seus próprios atos.

Para fins de apresentar os resultados obtidos conforme o Planejamento para o ano de **2023**, vamos dividir nos seguintes objetivos específicos:

1

Promover a ampliação como Justiça Especializada

Índice de ações que promovam a busca de aumento de competência.

Meta anual prevista

- Meta específica 2

Resultado alcançado

- **500%** de cumprimento da meta
- Total de **30 ações** realizadas

2

Reduzir o volume de processos administrativos disciplinares anulados judicialmente

Monitorar o volume de processos e Promover a capacitação.

Meta anual prevista

- Redução de **10%** dos o volume de processos.
- Como capacitação, promover Palestra, seminário ou curso.

Resultado alcançado

- Percentual atingido
- Realização de **um** palestra e participação em **três** webnários

3

Promover a acessibilidade na JME

Meta anual prevista

- Implementação de elevador externo ao TJM/RS (50% da obra)
- Construção de rampa externa de acesso ao TJM/RS
- adequações estruturais nas Auditorias

Resultado alcançado

- Em fase de planejamento
- Ajustado acesso via elevador e optado pela colocação de corrimão de apoio em toda a escadaria
- **100%** concluída obras de acessibilidade na 2ª Auditoria- Porto Alegre

4

Promover a acessibilidade virtual na JME

Meta anual prevista

- Implementação de Áudio descrição e Intérprete de libras sob demanda
- Capacitação de servidores EAD em libras

Resultado alcançado

- **100%** implementado
- Não executado no ano de 2023

5

Aprimorar a comunicação com o público externo**Meta anual prevista**

- Execução de um plano de comunicação da estratégia da JMERS

Resultado alcançado

- Em desenvolvimento

O NGE reforça a importância da Gestão Estratégica, auxiliando o Poder Judiciário através da identificação e resolução dos principais entraves à prestação jurisdicional.

A promoção e a integração gerencial do sistema de justiça definiram e orientaram o posicionamento estratégico dos Tribunais, respeitando as especificidades locais. Estes trabalhos permitiram que o Tribunal desse rumo a sua trajetória, porém, é preciso monitorar e ajustar constantemente seu desempenho, traduzido nos objetivos estratégicos.

Reuniões de Análise Estratégica

Os encontros de gestão da estratégia são os momentos em que os servidores e magistrados responsáveis reúnem-se para discutir o progresso da estratégia, monitorando e ajustando os desempenhos.

Para tanto, foram realizadas **duas** Reuniões de Análise Estratégica – RAEs, no anos de **2023**, objetivando o acompanhamento e discussão dos indicadores traçados no plano.



Considerando a complexidade das atribuições, o NGE busca integrar e organizar o setor conforme a legislação, a doutrina, a estrutura física, material e os recursos humanos disponíveis, de forma a se estabelecer para melhor desempenhar as funções a ele atribuídas.

Dispositivos legais

- Resolução n.º 4/CNJ
- Resolução n.º 49/CNJ
- Resolução n.º 76/CNJ
- Resolução n.º 198/CNJ
- Resolução n.º 221/CNJ
- Resolução n.º 126/TJM-RS
- Resolução n.º 131/TJM-RS
- Resolução n.º 139/TJM-RS
- Resolução n.º 149/TJM-RS
- Portaria n.º 114/CNJ
- Portaria n.º 138/CNJ
- Portaria n.º 167/CNJ
- Portaria n.º 95/TJM-RS
- Portaria n.º 112/TJM-RS,
- Portaria 071/2022 de 09

Consoante à missão, com escopo em prestar uma jurisdição militar em âmbito estadual com qualidade; a visão de ser uma referência à sociedade da aplicação da lei castrense de forma célere, e valores calcados no comprometimento ético na imparcialidade, sustentabilidade, inclusão, inovação, transparência e celeridade, o NGE foi o responsável pela interlocução com o CNJ, em especial, no que tange as Metas Nacionais e específicas, e no Prêmio CNJ de qualidade.

Atividades ordinárias do NGE

| Periodicidade | Atividade |
|---------------------|---|
| MENSAL | Efetividade NGE (dia 5), Produtividade Mensal/ encaminhamento ao CNJ (dia 20), PLS (dia 30), Metas Nacionais (cfe. Calendário CNJ) e envio de dados analíticos pela TIC de 25 a 30 de cada mês e relatório justiça em números |
| QUADRIMESTRE | Metas Especificas do Segmento Militar Meta 1 e Meta 2 |
| SEMESTRE | Justiça em números |

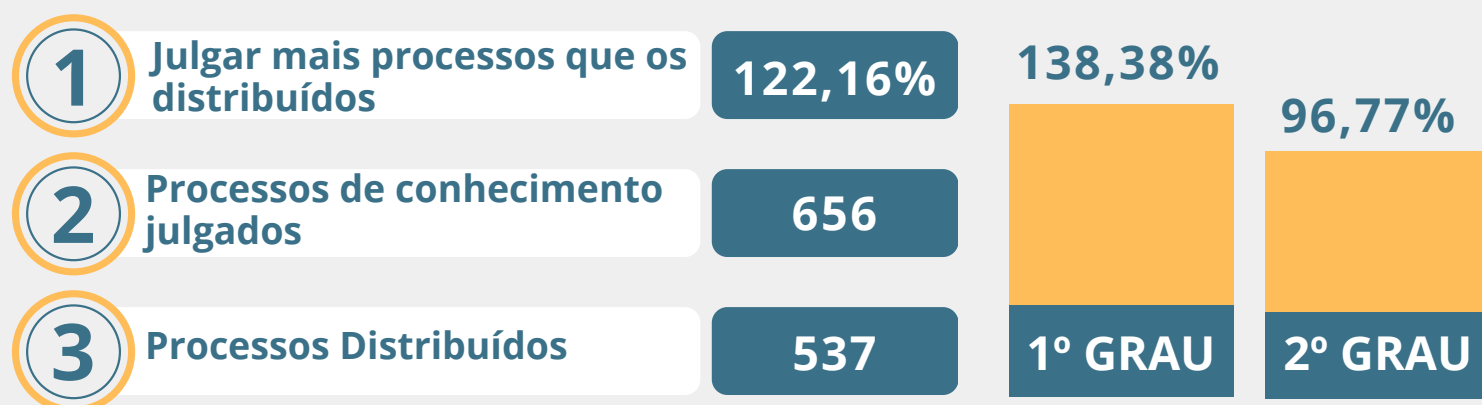
Estatística e Painéis CNJ

| | | |
|---|---|---------------------------|
| 1 | Justiça em Números | Representante do Tribunal |
| 2 | Metas Nacionais do Poder Judiciário | Operador Autorizado |
| 3 | Módulo Produtividade Mensal | Usuários autorizados |
| 4 | Sistema de Controle de Acesso | Administrador Regional |
| 5 | PLS - Plano de Logística Sustentável | Operadores autorizados |
| 6 | Sistema de Questionários do CNJ | Operadores autorizados |
| 7 | Justiça em Números | Operadores NGE |
| 8 | Plataforma da rede de inovação e inteligência do Judiciário | Operadores autorizados |

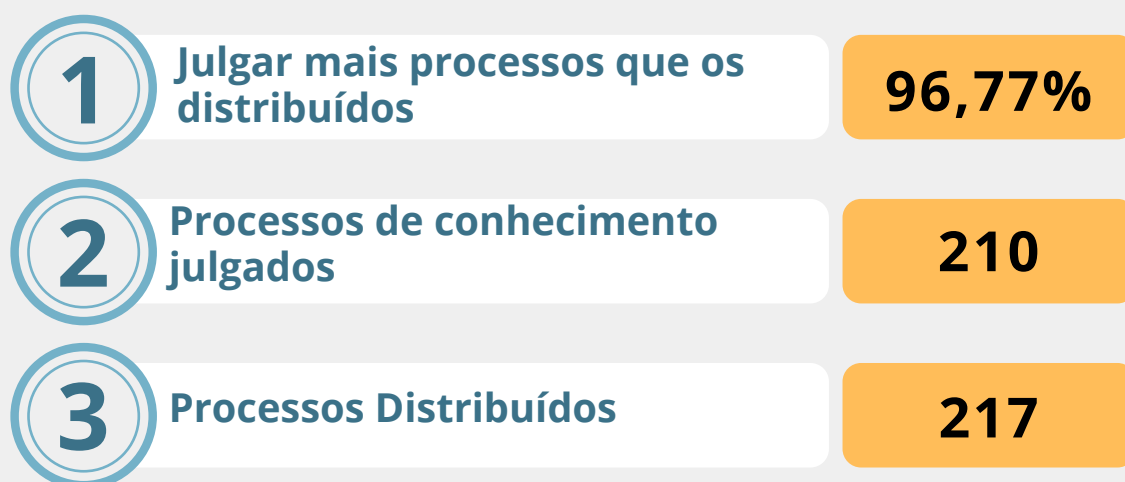
O NGE é responsável pelo acompanhamento das Metas Nacionais e Específicas da JME/RS, portanto, organiza os dados e encaminha-os ao Gestor de Metas sempre que demandado ou de ofício.

Meta 1

Tem como objetivo julgar **em 2023, quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados**. A JME do RS seguiu um caminho de superação da Meta preconizada pelo CNJ. Segundo as informações disponibilizadas no Painel Estatística do CNJ, o Tribunal tem os seguintes percentuais.

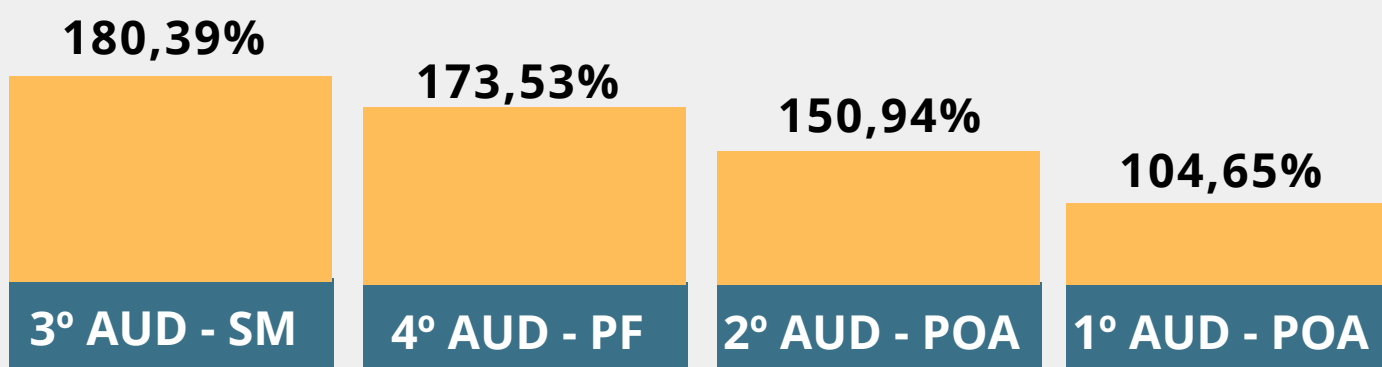


Meta 1 - 2º GRAU



Meta 1 - 1º GRAU

| | | |
|----------|---|---------------|
| 1 | Julgar mais processos que os distribuídos | 139,38 |
| 2 | Processos de conhecimento julgados | 446 |
| 3 | Processos Distribuídos | 320 |



Conforme demonstrado acima, o 1º grau, além de julgar 100% dos casos distribuídos no período em questão, ainda julgou mais 126 casos do decurso anterior, superando desta forma a meta proposta e atingindo a marca de mais de 139% de julgamentos.



Como é de conhecimento, há um atraso na apuração do CNJ daquilo que é remetido pelo TJM. Por isso, os 96% registrados no gráfico se refere ao período de outubro e, assim, possivelmente, o percentual de 100% também será atingido pelo 2º grau. Cabe lembrar que a Meta 1 é apurada de maneira geral, tendo como parâmetro de avaliação os resultados dos dois graus de jurisdição. Portanto, a JME já atingiu o objetivo, independentemente da provável melhor do índice do 2º Grau.

Meta 2

1º GRAU

Julgar, pelo menos, **90%** dos processos distribuídos até **31/12/2021 nas auditorias.**



Cumprimento nas Auditorias Militares

102,68%

O cumprimento da Meta 2 está consolidado no 1º Grau de Jurisdição da JME.

2º GRAU

Julgar, pelo menos, **90%** dos processos distribuídos até **31/12/2022 no 2º Grau.**



Cumprimento no 2º Grau

99,07%

O cumprimento da Meta 2 está consolidado no 2º Grau de Jurisdição da JME.

Meta 4

1º GRAU

Julgar, pelo menos **95%**, das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a lei 13.941/17, distribuídas até **31/12/2021** no 1º grau.



Cumprimento nas Auditorias Militares

83,84%

Embora os dados registrados pelo Painel das Estatísticas do CNJ datem, como já referimos, de outubro é pouco provável que o 1º Grau atinja o percentual preconizado, o que demanda atenção, visto ser uma dificuldade recorrente nos últimos anos.

2º GRAU

Julgar, pelo menos **95%** das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até **31/12/2022** no 2º grau.



Cumprimento no 2º Grau

105,26%

O cumprimento da Meta 2 está consolidado no 2º Grau de Jurisdição da JME.

Meta específica 1

1º Grau da JME: Julgar, em até 180 dias corridos, 70% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais;

2º Grau da JME: Julgar, em até 120 dias, 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial.

| Perguntas JME | Resultados 1º Quad | Resultados 2º Quad | Resultados 3º Quad | Resultado Final da Meta |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------------|
| PE1.1 JME - Total de processos de conhecimento não criminais julgados em até 180 dias no 1º grau. | 10 | 28 | 5 | 43 |
| PE1.2 JME - Total de processos de conhecimento criminais julgados em até 180 dias no 1º grau. | 5 | 44 | 31 | 80 |
| PE1.3 JME - Total de processos de conhecimento não criminais julgados no período de referência ao 1º grau. | 27 | 50 | 5 | 82 |
| PE1.4 JME - Total de processos de conhecimento criminais julgados no período de referência ao 1º grau. | 73 | 138 | 39 | 250 |
| Percentual de cumprimento acumulado da meta no 1º Grau | 21,43% | 43,15% | 21,43% | 52,93% |
| PE1.5 JME - Total de processos não criminais julgados em até 120 dias no 2º grau | 20 | 32 | 35 | 87 |
| PE1.6 JME - Total de processos criminais julgados em até 120 dias no 2º grau. | 22 | 44 | 78 | 144 |
| PE1.7 JME - Total de processos não criminais julgados no período de referência no 2º grau. | 36 | 44 | 40 | 120 |
| PE1.8 JME - Total de processos criminais julgados no período de referência no 2º grau. | 62 | 73 | 99 | 234 |
| Percentual de cumprimento acumulado da meta no 2º Grau | 47,62% | 60,98% | 72,50% | 72,50% |

Meta específica 2

Divulgação da JME: realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2023, sendo, no mínimo, **6 ações** em cada Justiça Militar Estadual.

| Perguntas | Resultados 1º Quad | Resultados 2º Quad | Resultados 3º Quad | Resultado Final da Meta |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------------|
| PE2.1 - Total de ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar realizadas. | 4 | 10 | 16 | 30 |
| Percentual de cumprimento acumulado da meta | 66,67% | 233,33% | 500,00% | 500,00% |

As Metas específicas 1 e 2 são as principais do segmento da Justiça Militar Estadual, e são coletados de forma quadrimestral.

O Plano de Logística Sustentável é instrumento de governança em contratações públicas do Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução CNJ no 347/2020; O PLS é composto de Variáveis e Indicadores mínimos conforme estabelecidos na Res 400 e 401 do CNJ.



Indicadores de Sustentabilidade

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. VARIÁVEIS GERAIS | 11. VIGILÂNCIA |
| 2. PAPEL | 12. TELEFONIA |
| 3. COPOS DESCARTÁVEIS | 13. VEÍCULOS |
| 4. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA | 14. COMBUSTÍVEL |
| 5. IMPRESSÃO | 15. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO |
| 6. ENERGIA ELÉTRICA | 16. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES |
| 7. ÁGUA E ESGOTO | 17. QUALIDADE DE VIDA |
| 8. GESTÃO DE RESÍDUOS | 18. CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE |
| 9. REFORMAS E CONSTRUÇÕES | 19. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO |
| 10. LIMPEZA | |

O TJMRS possui uma comissão de sustentabilidade para avaliar os indicadores e propor ações que visem a sustentabilidade do tribunal.

O Tribunal tem evidenciado esforços no cumprimento das metas estipuladas, onde ressaltamos a questão de consumo de material, onde chegamos ao patamar mínimo necessário à administração, afastando-se do consumo de itens que geram efeitos contrários a sustentabilidade, como consumo de papel, plásticos e outros. Também reduzimos consumo de energia, água e a produção de resíduos. Tudo isso confirmado pelo IDS Índice de Desenvolvimento Socioambiental do TJM é de 74,78%, obtendo pontuação máxima no Premio CNJ de Qualidade.

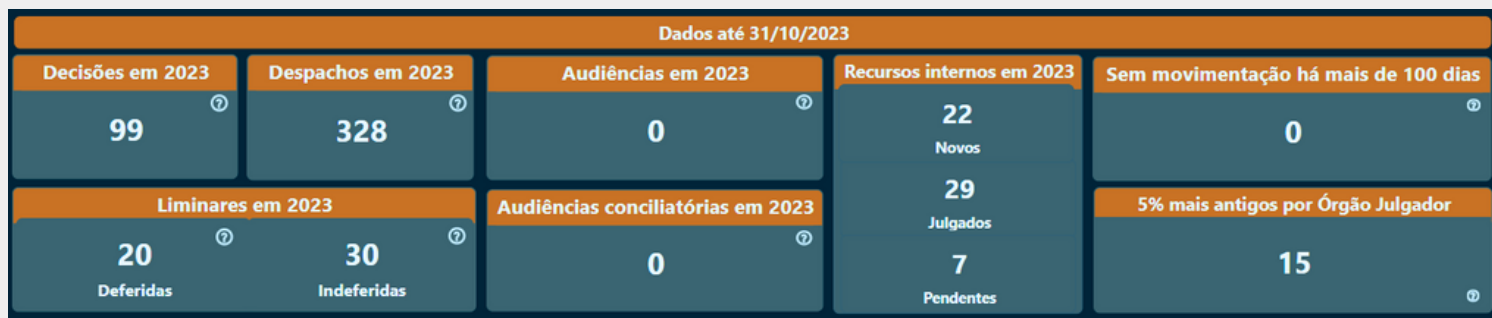


Maior IDS do judiciário é do CNJ com 76,71%

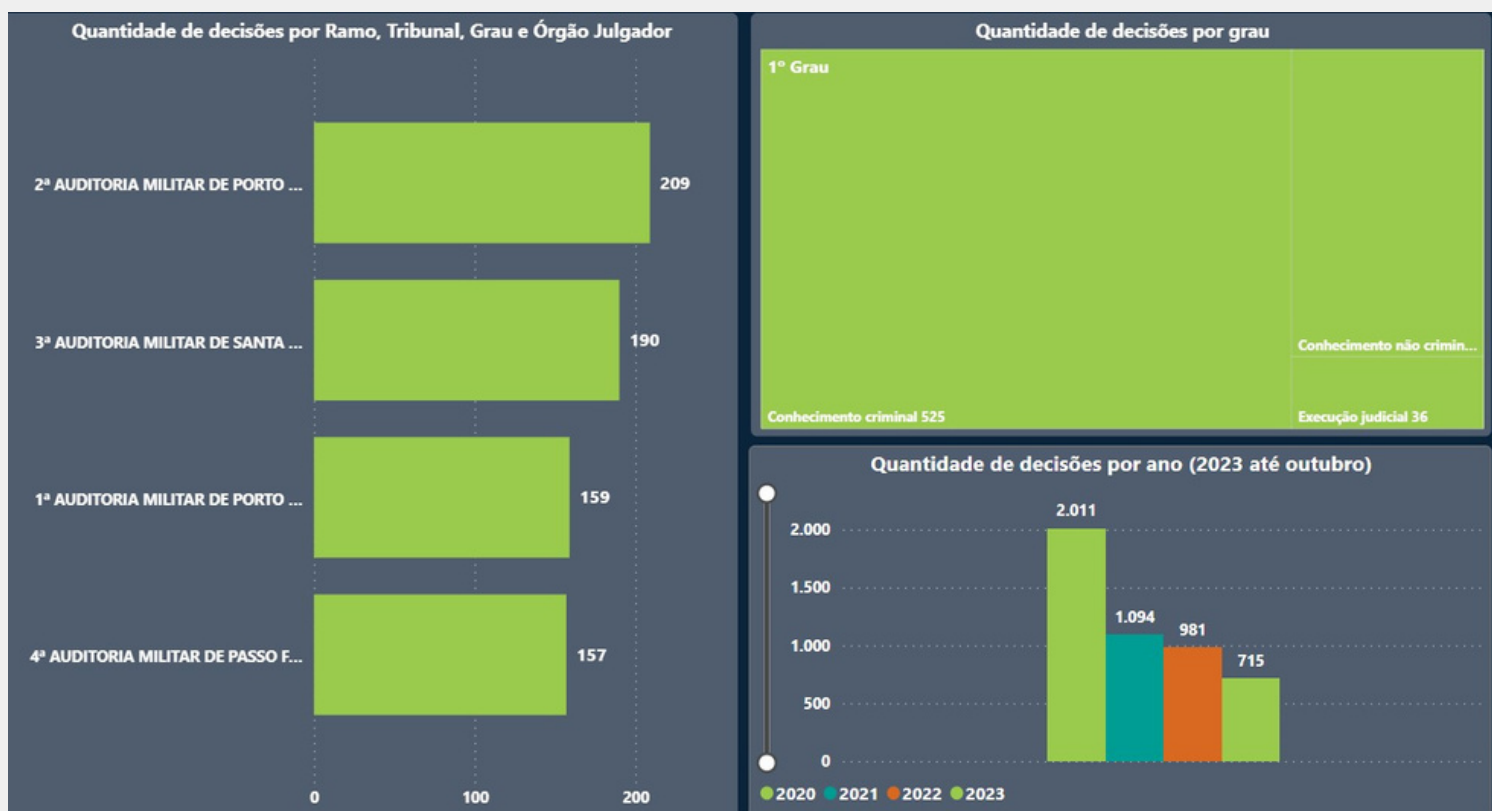
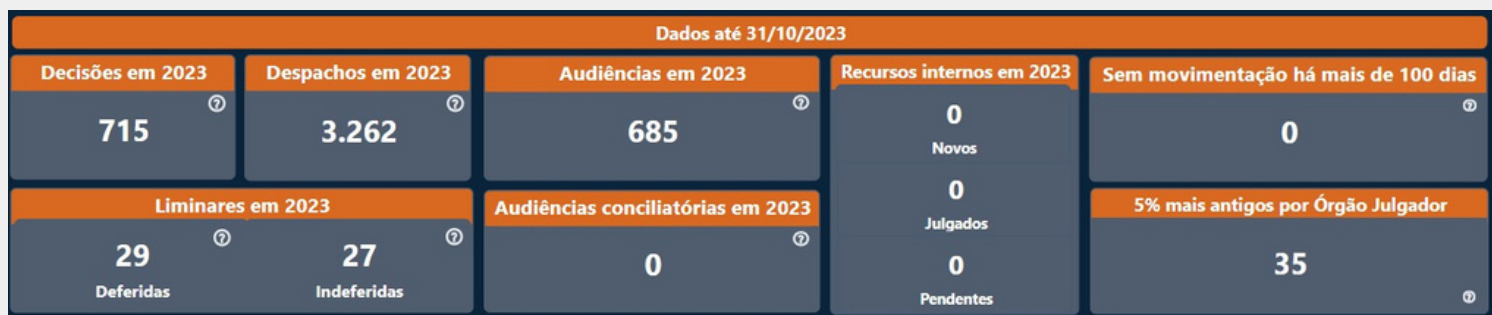
TJMRS está em 16º lugar entre todos os tribunais, obtendo 74,78% de índice

O painel de estatística do CNJ permite o acompanhamento do cumprimento das metas estipuladas por aquele órgão, principalmente no que tange a medir a **produtividade** dos seguimentos de justiça em cada estado

2º GRAU



1º GRAU



Os dados atualizados no painel podem ser acompanhados:

[neste link](#)



O Tribunal de Justiça Militar do RS obteve o seu **9º Selo de Qualidade consecutivo** no ano de 2023, mesmo obtendo uma pontuação compatível com a concessão de selo Ouro, devido a forma aplicada de exclusão e pontuando de forma competitiva com os demais tribunais do ramo, regra que muda para a edição 2024, acabamos ficando com o selo prata.

Percentual atingido pelo TJMRS 63,2%

| EIXO | PONTOS | MÁXIMO | % |
|---------------|--------|--------|-------|
| Governança | 145 | 240 | 60,42 |
| Produtividade | 157 | 260 | 60,38 |
| Transparência | 20 | 120 | 16,67 |
| Tecnologia | 380 | 490 | 77,55 |

702 pontos

Estratégias propostas pelo NGE para 2024



Portal Transparência do TJMRS

Implantação no sitio do TJMRS do portal transparência do tribunal, centralizando todos os itens elencados para pontuação no Premio CNJ de Qualidade



Painel de Power BI dos indicadores 2024

Desenvolvimento de um Painel de BI contendo todos os itens de todos os eixos para acompanhamento em tempo real do avanço de cumprimento do requisito pela coordenação responsável.

ER JUDICIÁRIO
LITAR DO ESTADO
GRANDE DO SUL
ITAR E 1ª AUDITORIA

TJM

Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul